



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2007.
(Da Sra. ALICE PORTUGAL)

Requer a expedição de ofício ao Exmo. Sr. Ministro da Educação solicitando informações sobre a criação de cursos superiores no Brasil.

Senhor Presidente,

Nos últimos anos tornou-se corriqueiro no Brasil a criação de cursos superiores em instituições privadas de ensino sem a devida autorização do MEC e mesmo sem que a profissão a que se refere o curso seja regulamentada no país. Com esta prática, cria-se fatos consumados, inclusive com o propósito de forçar o MEC a chancelar os cursos criados, até mesmo para não deixar ao relento as centenas de graduandos que se deixam levar pela oferta fácil de cursos superiores em profusão.

Levei ao plenário da Câmara dos Deputados, na tarde de dia 16 de maio de 2007, uma denúncia grave, documentada, que diz respeito a uma intolerável tentativa de interferência nas decisões a serem tomadas pelo Poder Legislativo brasileiro. Referida denúncia mostrou a existência de uma campanha internacional de arrecadação de recursos para sustentar um lobby que representa poderosos interesses privados estrangeiros, que, na ânsia de multiplicar seus lucros, cobiçam o mercado educacional brasileiro e querem forçar o Legislativo a regulamentar a profissão de quiropraxista.

Exibi o jornal **“Dynamic Chiropractic”**, publicado nos Estados Unidos da América pela **“World Federation of Chiropractic”**, Federação Mundial de Quiropraxia, em 09 de abril de 2007, que estampava na capa, ilustrado com uma sequência de notas de Real, matéria em inglês, cuja tradução do título diz o seguinte: **“Briga pela quiropraxia no Brasil tem importância global”**. A matéria é secundada por um subtítulo que revela que as associações de quiropraxistas do Reino Unido e da Dinamarca já doaram US\$ 20.000 e US\$ 10.000 respectivamente para a campanha que visa arrecadar fundos internacionais que possam dar suporte à luta da Federação Mundial de Quiropraxia para arrancar do Congresso Nacional brasileiro o reconhecimento da profissão de quiropraxista.

O jornal, que contém diversas declarações do Dr. Gerard Clum, presidente da Federação Mundial de Quiropraxia, relata com detalhes que esta Federação lançou uma campanha para arrecadar fundos junto às suas 87 associações filiadas, com o objetivo de arrecadar US\$ 100.000 para que a WFC possa financiar a batalha pela aprovação do Projeto de Lei que regulamenta a profissão de quiropraxista e que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados do Brasil.

A tradução de trechos da matéria da **“Dynamic Chiropractic”** mostra ainda que, para a WFC, a regulamentação da profissão de quiropraxia no Brasil tem importância estratégica para assegurar a expansão dos cursos superiores de quiropraxia em outros países da América Latina e do mundo. Seu presidente afirma: *“A WFC incita todos os quiropraxistas e organizações de quiropraxia para apoiar nossos companheiros*



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

quiropaxistas e a profissão no Brasil". E o presidente da Associação Brasileira de Quiropraxia completa, Dr. Ricardo Fujikawa, completa: "A ABQ tem esboçado a legislação da Quiropraxia e a sustentação de alguns parlamentares, mas há uma batalha maior adiante e a WFC gostaria de receber 100.000 dólares para financiar esta batalha."

Em meu pronunciamento sobre o assunto, chamei a atenção desta Casa e do Ministério da Educação para a suma gravidade da denúncia que fiz, pois a reportagem comprova que uma entidade internacional privada, que representa poderosos interesses econômicos, está promovendo acintosamente uma campanha internacional de arrecadação de fundos para financiar o que chamam de *"uma batalha pela regulamentação da profissão de quiropraxia no Brasil"*. Esta entidade, a WFC, congrega associações de 87 países e, apenas duas delas, a do Reino Unido e a da Dinamarca, já doaram US\$ 30.000 para a referida campanha. A página eletrônica da WFC registra ainda a doação de outros US\$ 15.00 pela American Chiropractic Association, dos EUA. Mantida a média, supõe-se que a arrecadação total da WFC superará os US\$ 800.000, que serão utilizados para "convencer" o Congresso Nacional do Brasil a aprovar uma lei que atenda seus interesses econômicos.

Em um dos trechos da reportagem o jornal **"Dynamic Chiropractic"** diz que os cursos superiores de quiropraxia no Brasil foram criados em instituições privadas do país em parceria com instituições estrangeiras. E foram instalados sem a existência da respectiva profissão no Brasil, sem autorização do MEC, com o claro propósito de criar um fato consumado que servisse de pressão para um posterior reconhecimento. Esse trecho da reportagem diz textualmente :*"A Quiropraxia tem crescido rapidamente no Brasil desde a abertura de 02 cursos universitários de Quiropraxia no final dos anos 90 – Centro Universitário Feevale em Novo Hamburgo, em parceria com a Palmer College; e a Universidade Anhembí Morumbi em São Paulo, em parceria com a Western States Chiropractic College"*.

Além de desnudar o que se esconde por trás da ofensiva para aprovar um projeto de lei regulamentando a profissão de quiropraxia no Brasil, a reportagem do jornal **"Dynamic Chiropractic"** tenta desmoralizar internacionalmente nosso país, nosso parlamento e nosso sistema educacional, pois insinua que as leis no Brasil são aprovadas de forma leviana, ao sabor de pressões, inclusive econômicas.

Ante o exposto, levando em consideração a gravidade das denúncias, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Art. 113, Inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a exedição de ofício ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação, Fernando Hadad, solicitando respostas aos seguintes questionamentos:

- 1- O Ministério da Educação tem conhecimento de que os cursos de quiropraxia criados na Feevale e na Universidade Anhembí-Morumbi são vinculados, respectivamente, ao Palmer College e ao Western States Chiropractic College?
- 2- Que tipo de vinculação é permitida pela lei brasileira entre uma instituição privada de ensino superior do Brasil e uma instituição estrangeira semelhante?
- 3- Quais os critérios exigidos pelo MEC para regular a abertura de cursos superiores no Brasil?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

- 4- O Ministério da Educação permite a abertura de cursos superiores que oferecem graduação em uma profissão que não está regulamentada no país?
- 5- A Fevale e a Universidade Anhembi-Morumbi, que criaram cursos de quiropraxia, atenderam todas as exigências legais para a criação de tais cursos?
- 6- Existem no Ministério da Educação pedidos de autorização para a abertura de outros cursos de quiropraxia no Brasil? Em caso afirmativo, quantos pedidos existem e a quais instituições eles se referem?
- 7- O Ministério da Educação permite vinculações econômicas entre instituições privadas de ensino superior de nosso país e instituições estrangeiras similares?
- 8- Qual é a opinião técnica do Ministério da Educação a respeito do Projeto de Lei Nº 4.199/2001, que regulamenta a profissão de quiropraxista?

Alice Portugal
Deputada Federal